

Aula 2

A África como objeto de estudo 2: historiografia

Andrea Marzano

Meta da aula

Analisar a reflexão sobre a África como objeto de estudo dos historiadores.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer o desenvolvimento da historiografia sobre o continente africano;
2. avaliar os sentidos do estudo da história da África no Brasil.

INTRODUÇÃO

Na aula anterior, abordamos a diversidade do continente africano, expressa em uma grande variedade de povos, línguas, culturas, religiões, climas, riquezas naturais e histórias. Analisamos, também, fontes e metodologias adequadas ao estudo da história da África.

Hoje vamos conhecer um pouco da produção já existente sobre nosso objeto de estudo. De uma perspectiva panorâmica e cronológica, focalizaremos tendências historiográficas que estiveram ou ainda estão presentes, sobretudo, na Europa, nos Estados Unidos e na própria África. Abordaremos, também, o avanço dos estudos africanos no Brasil.

A historiografia sobre o continente africano

A historiografia sobre o norte da África é tão antiga quanto a própria história como disciplina. Para os homens da Antiguidade, o Egito e a Núbia foram fundamentais na configuração do mundo ocidental. Incorporando tal ideia, a produção historiográfica sobre a região foi praticamente constante.

O mesmo não aconteceria com a África subsaariana. Dotada de sociedades que conheceram a escrita tardiamente, a África ao sul do Saara não despertou, por muito tempo, a atenção dos historiadores do Ocidente.

A atenção europeia sobre a África só viria a aumentar no século XVIII, em meio aos debates sobre o comércio atlântico de escravos. O olhar sobre as sociedades africanas não buscava compreender sua história, mas apenas encontrar argumentos – contrários ou favoráveis – a esse comércio. O debate sobre o tráfico foi praticamente o único motor para a existência de escritos sobre a África no período, marcado por um desprezo crescente

pelo continente, suas populações e sua história. Com base na ideia de uma herança greco-romana e na crença na superioridade do continente europeu, os intelectuais do Ocidente estavam convencidos de que a civilização europeia deveria prevalecer, inclusive como objeto de estudo, sobre todas as demais.

Ao longo do século XIX, entretanto, o interesse pelo conhecimento das sociedades africanas ganharia impulso, não apenas pela permanência dos debates sobre o comércio atlântico de escravos, mas também como forma de justificar as pretensões imperialistas europeias.

No final do século XIX, tomou forma uma produção antropológica evolucionista, ligada ao darwinismo social. Tal perspectiva, que reforçou a afirmação da inferioridade dos povos africanos, contribuiu para a defesa de que a história da África começava naquele momento, com a expansão colonial europeia. Essa ideia desconsiderava não só a maior parte do passado dos povos africanos como, também, os quatro séculos anteriores de contato entre africanos e europeus.



Evolucionismo e darwinismo social

A expressão evolucionismo deriva da teoria da evolução das espécies, resultante de pesquisas iniciadas, no século XIX, pelo cientista inglês Charles Robert Darwin (1809-1882) e pelo naturalista britânico Alfred Russel Wallace (1823-1913). Darwin comparou espécies aparentadas que viviam em diferentes regiões e investigou semelhanças entre os animais vivos e em extinção. A partir daí, concluiu que os seres vivos sofriam mudanças biológicas ao longo do tempo, resultantes de fatores de ordem natural. Segundo Darwin, os seres vivos estão em constante concorrência e por isso apenas os mais adaptados às condições ambientais possuem condições de sobrevivência. Darwin e Wallace desenvolviam,

inicialmente, pesquisas paralelas. Quando perceberam que estavam investigando fenômeno semelhante, os dois cientistas decidiram publicar suas descobertas, em conjunto, em 1858. De acordo com a teoria da evolução, o homem e o macaco possuem uma mesma ascendência, a partir da qual estas e outras espécies desenvolveram-se ao longo do tempo. O darwinismo social resulta da aplicação da teoria da evolução das espécies para a classificação dos povos e sociedades, posicionados em uma linha evolutiva em cujo ponto de chegada estariam os europeus. Assim, o darwinismo social deu embasamento científico à imagem já arraigada da inferioridade das populações africanas.

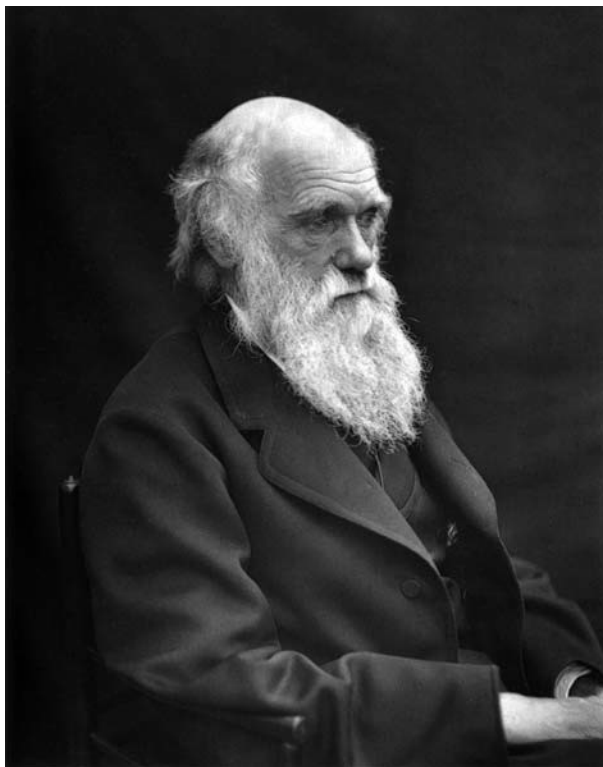


Figura 2.1: Charles Darwin.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/02/1878_Darwin_photo_by_Leonard_from_VWoodall_1884_-_cropped_grayed_partially_cleaned.jpg



Figura 2.2: Alfred Russel Wallace.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/74/Alfred_Russel_Wallace.jpg

Assim, a antropologia parecia confirmar o postulado de Hegel a respeito do caráter não histórico das sociedades africanas, que seriam dominadas pela natureza e estariam isentas de toda mudança ou progresso. Essa perspectiva etnocêntrica usava o conceito de civilização para classificar os povos e sociedades, definindo alguns deles como inferiores e justificando sua dominação. O rótulo da inferioridade africana encobria, inclusive, as diferenças entre os diversos povos considerados não civilizados.



Hegel e a África

Segundo o filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), “A África não é continente histórico, não demonstra mudança nem desenvolvimento”. Para ele, o continente não tem “interesse histórico próprio, senão o de que os homens vivem ali na barbárie e no selvagismo, sem aportar nenhum ingrediente à civilização”.

As ideias de Hegel sobre a África tiveram profundo impacto sobre o pensamento europeu do século XIX. Já no final dos oitocentos, tais ideias foram reforçadas pela expansão europeia na África, justificada, ideologicamente, pelos mitos da inferioridade e do caráter a-histórico das sociedades africanas.

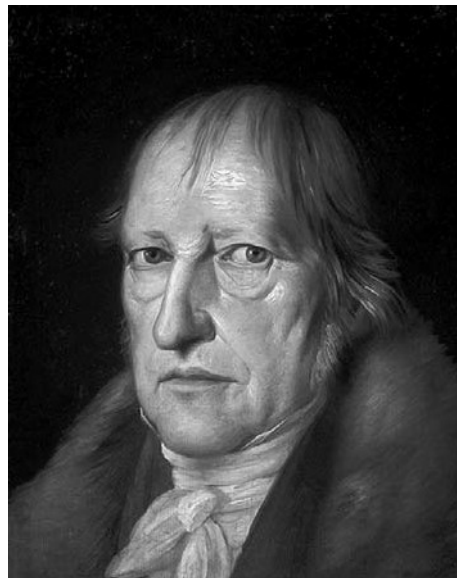


Figura 2.3: Georg Wilhelm Friedrich Hegel.
Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/08/Hegel_portrait_by_Schlesinger_1831.jpg

Escola antropológica funcionalista

A expressão funcionalismo tem dois significados: o primeiro, mais facilmente aceito, é o princípio de que tudo que existe em uma sociedade tem um sentido e de que todo fato social deve ser entendido à luz do sistema de que faz parte. Tal perspectiva surgiu na obra do antropólogo polonês Bronislaw Malinowski (1884-1942). O segundo, mais controverso, é ligado à ideia de que tudo o que existe em uma sociedade contribui para o seu funcionamento equilibrado. Esta segunda acepção, que tende a ignorar os conflitos presentes nas formações sociais, é relacionada ao antropólogo britânico Radcliffe-Brown (1881-1955).

Nos anos 1930, a **escola antropológica funcionalista**, com a ênfase ao trabalho de campo, mapearia algumas populações e costumes africanos, respondendo, de certa forma, à demanda colonial. Administradores e funcionários precisavam daquele tipo de informação como subsídio para o desempenho de suas funções.

Em paralelo, mas acima de tudo nos anos 1940, teve início a produção historiográfica colonial, com relatos de acontecimentos políticos e militares que realçavam a suposta “pacificação” dos africanos decorrente da presença europeia. Tais trabalhos partiam do pressuposto de que as sociedades africanas guerreavam constantemente entre si e de que caberia aos europeus a tarefa de levar a paz ao continente.

Entre o final do século XIX e meados do século XX, a África aparecia na historiografia europeia apenas de forma marginal, como parte menos importante da história imperial, em uma perspectiva profundamente marcada por concepções eurocêntricas e racistas. Entretanto, enquanto a história imperial ganhou força nos estudos históricos, especialmente na Europa, forjou-se a base para um discurso histórico afrocêntrico na África, que foi uma verdadeira revolução intelectual.

Paralelamente ao desprezo europeu pela história africana, uma transformação começou a ocorrer na própria África, como resultado do acesso de um maior número de africanos às línguas e à escrita europeia. Tal processo geraria o interesse de intelectuais africanos pela história de seus próprios povos e, conseqüentemente, a escrita de uma história da África pautada em outra perspectiva, bastante diferente da europeia.

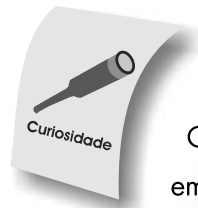


Atende ao Objetivo 1

1. Caracterize, em linhas gerais, a historiografia colonial a respeito do continente africano.

Resposta Comentada

A produção historiográfica colonial, que teve início nos anos 1940, foi marcada pelo relato de acontecimentos políticos e militares que realçavam a suposta “pacificação” dos africanos pelos europeus. Tais trabalhos partiam do pressuposto de que as sociedades africanas guerreavam constantemente entre si e de que caberia aos europeus a tarefa de levar a paz ao continente. A África aparecia, na historiografia europeia, apenas de forma marginal, como parte menos importante da história imperial, em uma perspectiva profundamente marcada por concepções eurocêntricas e racistas e pela crença na inferioridade cultural dos africanos.



Reverendo Samuel Johnson

O acesso de alguns africanos à educação formal em moldes europeus tornou possível uma história como a do Reverendo Samuel Johnson (1846-1901). Nascido em Freetown, na Serra Leoa, Samuel Johnson estudou numa missão cristã na Nigéria atual e se tornou pastor anglicano. Em 1897, escreveu a história dos povos falantes da língua ioruba, contribuindo decisivamente para a construção da identidade ioruba. A partir de suas notas, seu irmão organizou uma história dos iorubas até o início do protetorado britânico, publicada em 1921 e denominada *The History of the Yorubas from the Earliest Times to the Beginning of the British Protectorate*.

Assim, nos anos 1950 e 1960 teve início uma ainda pequena produção africana, de caráter propriamente acadêmico, que procurava resgatar a importância da África pré-colonial. Possibilitada pelo desenvolvimento das primeiras universidades no continente e pelo advento dos nacionalismos africanos, tal historiografia pretendia demonstrar a importância e a grandiosidade da história africana anterior à chegada dos europeus, apresentar o período colonial como um pequeno episódio de uma longa história e afirmar um conceito de "gênio africano", capaz de criar impérios, reinos e civilizações.

O uso de novas fontes, a aceitação da interdisciplinaridade e a escolha de certos tópicos privilegiavam as iniciativas africanas e a ideia de um equilíbrio social e ambiental na África pré-colonial. Tal historiografia propunha-se, de certa forma, a criar uma representação de África feliz, em oposição à ideologia construída pelos poderes coloniais. Acima de tudo, esses historiadores enfatizaram a ideia de iniciativa africana, situando os africanos como protagonistas da sua própria história.

De acordo com alguns autores, essa corrente historiográfica pode ser encarada como uma reação ao mito da inferioridade africana que marcou a historiografia, a arte e a política até então. Além de provar que a África também tem uma história, toda uma geração de historiadores – cujos nomes mais conhecidos são os de Joseph Ki-Zerbo (1922-2006), do Burkina Faso, e Cheick Anta Diop (1923-1986), do Senegal – procuraria afirmar a grandiosidade, e até mesmo a superioridade, do continente e de suas populações. Por esse motivo, tal geração é definida por alguns estudiosos como “corrente da pirâmide invertida”, por mudar radicalmente o sinal atribuído à história e às populações africanas.



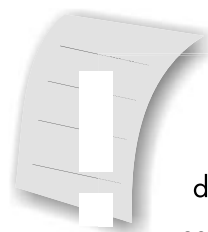
Figura 2.4: Joseph Ki-Zerbo.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/8/8a/Joseph_Ki-Zerbo.jpg

Esta geração pretendia escrever a história da África de uma perspectiva diferente da historiografia colonial. A história produzida por esta geração concentrava-se nas mudanças sociais e na resistência ao colonialismo. Além disso, buscava demonstrar que, se a civilização ocidental alimentou-se do pensamento grego, os grandes pensadores gregos viveram no Egito, visto como a civilização negra por excelência.

Entre os problemas de tal tendência historiográfica, pode ser mencionado o uso de categorias ocidentais, como se a história africana fosse um espelho da europeia. Assim, o projeto historiográfico de restauração da dignidade africana foi pautado na busca de elementos valorizados no mundo ocidental: projetos públicos, reinos, impérios, grandes redes comerciais, cidades. Esses historiadores também buscaram afirmar a existência de grandes heróis como forma de valorizar o passado africano.

Esta geração foi possível pela existência de universidades africanas cujos departamentos de História foram marcados pelo nacionalismo histórico: Dar-es-Salaam, na Tanzânia; Makerere, em Uganda; Nairobi, no Quênia; Ibadan, na Nigéria; e Dakar, no Senegal.



A escola de Ibadan

Buscava promover a escrita da história da África de uma perspectiva afrocêntrica, contribuindo decisivamente para o surgimento da moderna historiografia africana. Planejada por Kenneth Dike, que pretendia mostrar aos colonialistas que a África tinha uma história antes do domínio europeu, a escola de Ibadan foi uma arma intelectual para a luta anticolonial, já que parte da justificativa para a dominação africana era a alegação de que os povos do continente não tinham história, vivendo sob o arbítrio da natureza e alheios a toda mudança e progresso. Em 1950, uma reforma curricular introduziu

a história da África nas escolas nigerianas, tornando necessária a produção de textos acadêmicos e materiais didáticos. Para atender a essa demanda, Dike organizou congressos que reuniram historiadores, linguistas, arqueólogos e antropólogos. Em 1953, foi criado o Arquivo Nacional. Em 1955, Dike fundou a Sociedade Histórica da Nigéria. Estudantes de pós-graduação foram encorajados a pesquisar diferentes aspectos da história da África pré-colonial e colonial. Encorajou-se também o uso das tradições orais como fontes históricas. Sob encomenda da Sociedade Histórica da Nigéria, foi publicado um compêndio com a história dos diversos povos da região, desde antes do colonialismo até os dias atuais. Assim, historiadores de Ibadan contribuíram decisivamente para a superação da perspectiva historiográfica colonial. A independência da Nigéria foi conquistada em 1960.



Atende ao Objetivo 1

2. Algumas universidades africanas foram responsáveis pela formação de uma geração de historiadores que renovaram substancialmente a História da África nos anos 1950 e 1960. Aponte o sentido geral dessa renovação.

Resposta Comentada

Nos anos 1950 e 1960, teve início uma ainda pequena produção africana, marcada por uma perspectiva afrocêntrica, que rompeu decisivamente com os pressupostos da historiografia colonial.

Esta renovação historiográfica foi possibilitada pela existência de universidades africanas cujos departamentos de História foram marcados pelo nacionalismo: universidade de Ibadan, na Nigéria; de Dar-es-Salaam, na Tanzânia; de Makerere, em Uganda; de Nairobi, no Quênia, e de Dakar, no Senegal.

Em um contexto marcado por movimentos de libertação nacional, historiadores daquelas universidades pretenderam demonstrar a importância e a grandiosidade da história africana anterior à chegada dos europeus. Nesse sentido, enfatizaram o período pré-colonial e situaram os africanos como protagonistas da sua própria história. Além disso, buscaram apontar a existência, na África pré-colonial, do que de melhor acreditavam ter existido na Europa: "reinos", "impérios", "cidades" e "dinastias".

Estes estudiosos rebatiam, de certa forma, um importante argumento dos ideólogos do colonialismo: a ideia de que as sociedades africanas não tinham história, necessitando da intervenção europeia para finalmente serem conduzidas aos caminhos do progresso.

Nos anos 1960, a historiografia afrocêntrica tinha espaço para diferentes enfoques. Se alguns trabalhos de Ki-Zerbo e Cheikh Anta Diop adotavam uma perspectiva continental, afirmando que a África tinha história e grandes instituições, estudos de diferentes autores africanos e não africanos – como Walter Rodney e Terence Ranger – identificavam as lutas localizadas contra a expansão europeia, desde fins do século XIX, como o primeiro estágio de um processo que levaria, em meados do século XX, aos movimentos de libertação nacional. Tal vinculação, evidentemente, dava legitimidade às lutas de libertação que eram travadas naquele momento.

Nos anos 1960 e 1970, os estudiosos da história da África, na Europa, empreenderam uma grande diversificação de temas. Apesar disso, muitos se preocuparam com a edificação de histórias nacionais, voltadas para áreas geográficas cujas fronteiras coincidiam com as que foram traçadas pelo colonialismo. Nos Estados Unidos, por sua vez, alguns historiadores dedicaram-se ao estudo de regiões que sofreram as influências da Guerra Fria em suas disputas internas, como a Etiópia, e em seus movimentos de libertação, como Angola e Moçambique. Tais estudos eram, inclusive, financiados por grandes fundações, evidenciando a relação entre o apoio político ou militar a facções em luta e a produção de conhecimento sobre as realidades que as envolviam.

Nos anos 1970, a presença de Joseph Ki-Zerbo na Europa e do belga Jan Vansina nos Estados Unidos contribuíram para o reforço da imagem de uma África grandiosa. A produção desses estudiosos e dos seus discípulos, em parte influenciada pelas campanhas pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, priorizou os grandes “reinos” e “impérios” e as atividades comerciais existentes na África antes da chegada dos europeus.



L'Histoire de l'Afrique Noire

Quando Joseph Ki-Zerbo publicou na França, em 1972, *L'Histoire de l'Afrique Noire*, a obra foi apresentada como a primeira tentativa individual de escrever sobre toda a história da África subsaariana. O subtítulo, *d'hier à demain* (de ontem ao amanhã), era significativo das relações entre a afirmação de um passado imponente e o objetivo de construir um futuro positivo para a África. Por outro lado, o livro tinha como pano de fundo a comparação dos feitos africanos ao que se acreditava que de melhor havia sido produzido pelos europeus. Assim, foi afirmada a presença de nobres, heráldicas, descobertas; personagens de histórias locais foram promovidos a heróis continentais e, acima de tudo, o Egito foi reivindicado como negro.

Naquela mesma década, foi iniciada a publicação de uma grande coleção, em oito volumes, denominada *The Cambridge History of África*, sob a supervisão dos historiadores John Fage e Roland Oliver. Publicada pela editora da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, a coleção envolveu historiadores europeus e alguns africanos na elaboração de textos libertos das amarras da historiografia colonial, que buscaram incorporar fontes africanas e não europeias.

Entre as décadas de 1980 e 1990, 350 estudiosos coordenados por um comitê de 39 especialistas, dois terços deles africanos, publicaram, sob patrocínio da Unesco, a coleção *História Geral da África*, em oito volumes e quase dez mil páginas, inicialmente editadas em inglês, francês e árabe. Atualmente, toda a coleção está disponível, em português, para *download* gratuito no site da representação da Unesco no Brasil. Você pode acessá-la através

do site: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/pt/about-this-office/single-view/news/general_history_of_africa_collection_in_portuguese-1/

A coleção foi então apresentada como rigorosa, antidogmática e, sobretudo, dotada de uma visão endógena – construída pelos próprios africanos – da história do continente. Assim, simbolizou o reconhecimento da perspectiva historiográfica afrocêntrica e marcou, ao mesmo tempo, o surgimento de uma nova geração de historiadores africanos, libertos da necessidade de afirmação da ideia de superioridade africana. Uma geração que, acima de tudo, busca analisar a história do continente em suas especificidades, liberta de parâmetros exteriores.

Naquelas mesmas décadas, com a maior participação de africanos em programas de pós-graduação nos Estados Unidos e na Europa, surgiram estudos mais localizados, abordando temas e regiões específicas. Focalizaram-se, também, as crises africanas e as sociedades que não se agruparam, no período pré-colonial, em grandes “reinos” e “impérios”. Alguns historiadores africanos, como o congolês Elikia M’Bokolo, representaram exemplarmente o abandono do compromisso de construção de uma imagem grandiosa da África, analisando também os seus problemas.

Desde então, alguns temas antes esquecidos começaram a ser abordados, ao mesmo tempo em que assuntos que já haviam despertado grande atenção foram revisitados.

Com o apoio da Arqueologia, da Linguística e da Botânica, estudos voltam-se para sociedades africanas dispersas, de menor tamanho, rurais, durante o longo período anterior ao estabelecimento do comércio atlântico de escravos. Tais análises tendem a apresentar o reduzido avanço tecnológico como consequência da baixa densidade demográfica e da terrível luta cotidiana com o meio ambiente, que gerariam altos índices de mortalidade e, portanto, dispersão populacional em pequenos grupos. Para vários autores, as ideias de tribalismo, inatividade e inferioridade racial, presentes

em uma vasta produção histórica e antropológica comprometida com o colonialismo europeu, devem ser repensadas a partir dessas reflexões.

Outro tema que ganhou importância, sobretudo a partir dos anos 1980, foi a escravidão na África. Os debates atuais focalizam a escravidão africana como um processo, passível de modificações ao longo do tempo. No decorrer dos debates, aparecem questões como a relação entre a escravidão e a centralização política que gerou “reinos” e “impérios”, o caráter – central ou marginal – da escravidão nas sociedades africanas e a convivência entre diferentes formas de exploração da mão de obra. Tal postura dá margem a uma intensa discussão sobre o caráter e os motivos das modificações da escravidão no continente africano.

Dentre os motivos apresentados para explicar as modificações na sociedade e na escravidão africana, figuram, frequentemente, a montagem e o desmonte do comércio atlântico de escravos, dois grandes temas da historiografia atual sobre o continente. Um grande debate tende a opor os que defendem que o comércio atlântico de escravos intensificou a escravidão africana e provocou perdas demográficas irreparáveis, e os que sugerem ser impossível comprovar tal suposição. Também fundamental nos estudos que abordam o comércio atlântico de escravos é a ênfase atribuída atualmente à participação dos africanos no mesmo.

A resistência africana à expansão colonial, por sua vez, tem sido revista pelos historiadores, abandonando-se a recorrente oposição binária entre povos heroicos e povos traidores, e ampliando-se a ideia de resistência, incluindo negociações cotidianas com colonos e autoridades coloniais.

Outro tema que tem sido alvo de interesse, sob novos pontos de vista, é o colonialismo. Em vez de se buscar uma análise geral do colonialismo a partir da metrópole (colonialismo britânico, por exemplo), os novos estudos tendem a abordar períodos e regiões específicas. A resistência ao colonialismo também tem sido entendida

como muito diversificada, incluindo embates diretos e cotidianos, marcados pela etnicidade e pela religiosidade, para além dos movimentos de libertação, pautados pelos nacionalismos.

O período posterior às independências, enfim, tem sido alvo de novas leituras, enfatizando a responsabilidade africana pela condução dos projetos de desenvolvimento que tiveram lugar nos diferentes países.

Essas breves linhas tentaram demonstrar que a história da África conquistou seu espaço no meio acadêmico. A extensa produção das últimas décadas não deixa dúvidas quanto a isso. A diversidade de perspectivas, temas e propostas de abordagem ganha uma dimensão ainda mais impressionante quando refletimos sobre o quadro existente até a primeira metade do século XX.

História da África no Brasil

A Lei 10.639, aprovada no Brasil em 2003, representa o reconhecimento oficial de que o estudo do passado africano e afro-brasileiro pode ser um importante instrumento para a elevação da autoestima dos afrodescendentes e, conseqüentemente, para o combate às diferentes formas de discriminação racial no Brasil.

Se é evidente que a lei não inaugurou os estudos de história da África e dos africanos no Brasil, também é preciso reconhecer que ela se transformou em estímulo, abrindo vagas para professores nas universidades, estimulando o mercado editorial e impactando os programas de pós-graduação.

Se pudéssemos resumir, em breves linhas, os estudos realizados no Brasil – por brasileiros e estrangeiros – sobre a história da África e dos africanos, poderíamos iniciar com Nina Rodrigues, no final do século XIX, e com Gilberto Freire e Guerreiro Ramos, na primeira metade do século XX. Esses autores procuraram na África elementos para a compreensão dos africanos transportados para

o Brasil na condição de escravos, bem como de sua influência na cultura e na sociedade brasileira. A imagem da África, construída por esses autores, tendeu a ser a de um continente congelado no tempo, marcado por tradições imutáveis e costumes ancestrais.

Prosseguiríamos, então, com Pierre Verger, a partir dos anos 1950, e Manuela Carneiro da Cunha, nos anos 1980, que deram historicidade e movimento aos africanos, com suas idas e vindas entre as duas margens do oceano Atlântico. Depois, teríamos de considerar uma geração de antropólogos e sociólogos da USP que, com trabalhos monográficos sobre regiões africanas, contribuíram para a inserção da história da África nas universidades brasileiras, a partir dos anos 1980.

Naquela mesma década, historiadores brasileiros far-se-iam presentes no programa de pós-graduação em estudos africanos no Colégio do México, desenvolvendo trabalhos sobre a história da África e contribuindo para a compreensão da escravidão africana no Brasil. Ao mesmo tempo, historiadores brasileiros ou aqui radicados mostrariam a importância de se estudar aspectos das culturas africanas para se entender as estratégias desenvolvidas pelos escravos no sudeste e em outras regiões do Brasil. O embaixador Alberto da Costa e Silva, por sua vez, contribuiria decisivamente, desde então, para a divulgação da história africana, em obras generalistas de grande fôlego e erudição.

Na segunda metade dos anos 1980, há de se mencionar, ainda, o início da produção sobre os contatos Brasil-África do ponto de vista das relações internacionais.

Mais recentemente, historiadores brasileiros têm defendido teses sobre história da África em universidades brasileiras e estrangeiras, a partir da pesquisa em arquivos africanos e da realização de entrevistas, contribuindo para a formação de novos africanistas. Por outro lado, historiadores antes pertencentes a outras áreas têm se dedicado à pesquisa e ao ensino da história da África, fortalecendo a pesquisa e a formação de novos quadros.

O estudo da história da África no Brasil permite refletir sobre alguns mitos que se consolidaram na nossa sociedade. O primeiro deles, e talvez o mais forte, seria a ideia de uma África genérica, homogênea, parada no tempo, cujo entendimento permitiria compreender o passado e o presente brasileiros. A própria noção de África, uma construção do pensamento europeu, precisa ser desnaturalizada.

Como vimos na aula passada, é necessário compreender que o continente africano é dotado de notável heterogeneidade. A África não é, hoje, o que foi durante a vigência do comércio atlântico de escravos, a despeito do que sugerem certos discursos. Ao mesmo tempo, não podemos ignorar as diferenças entre as regiões e os países africanos, resultantes de uma distribuição desigual de recursos naturais e, sobretudo, de configurações sociais e escolhas políticas diversificadas.

Entretanto, para que esses objetivos sejam atingidos, é preciso abandonar a ideia de que uma suposta cultura africana teria sido simplesmente transmitida para o Brasil. É preciso recuperar, como fazem muitos estudiosos, a historicidade da cultura, sua maleabilidade, criatividade, capacidade de se reinventar em novas circunstâncias.

Finalmente, é importante considerar que a história da África é importante, no Brasil, não apenas pela forte presença de afrodescendentes na nossa população. Como afirma Marc Bloch, o historiador interessa-se pela vida dos homens em sociedade. Nesse sentido, a história da África é um campo legítimo de estudos simplesmente porque os africanos são homens, mulheres e crianças, nem mais nem menos humanos que os europeus, asiáticos ou americanos.

CONCLUSÃO

O conhecimento da história da África tem avançado muito. Os movimentos independentistas, iniciados, em geral, após o final da Segunda Guerra Mundial, favoreceram o interesse pela elaboração da história do continente de um novo ponto de vista, não mais atrelado às realizações europeias. Nos dias atuais, os melhores estudos sobre a história da África compartilham o esforço de situar os africanos como protagonistas, apesar do peso exercido por estrangeiros em momentos e situações decisivas.

Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

Aponte alguns fatores que tornam o estudo da história da África de relevância para a história do Brasil.
